

ASPECTOS DA EDUCAÇÃO NA ETNIA *MANDJAKU*

ASPECTS OF EDUCATION IN THE MANDJAKU ETHNICITY

Rodrik Gomes[1]

Resumo

Esta reflexão examina os modelos educativos e os processos formativos na etnia Mandjaku, da Guiné-Bissau. Com uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica, busca-se obter dados sobre como o processo de aquisição, produção e partilha do conhecimento ocorre entre os mandjakus. Nessa etnia, a educação das crianças é entendida como um processo coletivo, mediado pelos pais, pela família e pela comunidade em uma lógica participativa e colaborativa - um processo inacabado e em constante redefinição. Engendrado na ideia de teórico-praticidade (aprender-fazendo), as manifestações sociais e culturais constituem espaços educativos. Existem rituais de transição destinados à transmissão oral dos conhecimentos aos jovens, com vistas a capacitá-los para responder os desafios da comunidade, incluindo a preservação da natureza, cultura de trabalho, honestidade, responsabilidade e consciência coletiva. A iniciação é um processo específico de educação que envolve uma série de estágios de aprendizagem de códigos e signos, cujo entendimento e decodificação são reservados àqueles que passam por esse processo. Observa-se que toda comunidade zela pelo bem-estar social e coesão do grupo, com os mais velhos sempre determinados a ensinar os mais novos os costumes ancestrais. Os mandjakus possuem um sistema educacional baseado na tradição oral, incorporação do saber, observação, experimentação, repetição e correção. Esse sistema tem um caráter inclusivo, formando um ser humano para toda a vida, desde o nascimento, passando pelo casamento até a morte, sendo marcado por rituais específicos em cada etapa da vida das pessoas.

Palavras-chave: educação; tradição; *Mandjaku*.

Abstract

This reflection examines educational models and training processes among the Mandjaku ethnic group in Guinea-Bissau. Using a qualitative approach, based on bibliographical research, the aim is to obtain data on how the process of acquiring, producing and sharing knowledge occurs among the Mandjaku. In this ethnic group, children's education is understood as a collective process, mediated by parents, family and community in a participatory and collaborative logic - an unfinished process that is constantly being redefined. Engendered in the

[1] Graduado em Humanidades pela UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)- 2024. Atualmente licenciando em Sociologia pela mesma universidade.

CC BY NC SA

Revista Alteridade, Montes Claros – MG, v. 7, n. 1,jan/jun.-2025.

Artigo submetido em: 02 de novembro de 2024.
Artigo aceito em: 24 de março de 2025.
p. 191-207. **DOI: 10.46551/alt0701202513**

idea of theoretical-practical (learning by doing), social and cultural manifestations constitute educational spaces. There are transition rituals aimed at the oral transmission of knowledge to young people, with a view to enabling them to respond to the challenges of the community, including the preservation of nature, work culture, honesty, responsibility and collective consciousness. Initiation is a specific educational process that involves a series of stages of learning codes and signs, the understanding and decoding of which are reserved for those who go through this process. It is observed that every community cares for the social well-being and cohesion of the group, with the elders always determined to teach the younger ones ancestral customs. The Mandjakus have an educational system based on oral tradition, incorporation of knowledge, observation, experimentation, repetition and correction. This system is inclusive, forming a human being for life, from birth, through marriage and until death, and is marked by specific rituals at each stage of people's lives.

Keywords: education; tradition; *Mandjaku*.

Resumen

Esta reflexión examina los modelos educativos y los procesos de formación en la etnia mandjaku de Guinea-Bissau. Utilizando un enfoque cualitativo, basado en la investigación bibliográfica, pretende obtener datos sobre cómo tiene lugar el proceso de adquirir, producir y compartir conocimientos entre los mandjaku. En este grupo étnico, la educación de los niños se entiende como un proceso colectivo, mediado por los padres, la familia y la comunidad en una lógica participativa y colaborativa, un proceso inacabado que se redefine constantemente. Integradas en la idea de teoría y práctica (aprender haciendo), las manifestaciones sociales y culturales constituyen espacios educativos. Existen rituales de transición destinados a la transmisión oral de conocimientos a los jóvenes, con vistas a capacitarlos para responder a los retos de la comunidad, entre ellos la preservación de la naturaleza, la cultura del trabajo, la honradez, la responsabilidad y la conciencia colectiva. La iniciación es un proceso específico de educación que implica una serie de etapas de aprendizaje de códigos y signos, cuya comprensión y descodificación está reservada a quienes pasan por este proceso. Se observa que cada comunidad vela por el bienestar social y la cohesión del grupo, y que los ancianos siempre están decididos a enseñar a los más jóvenes las costumbres ancestrales. Los mandjakus tienen un sistema educativo basado en la tradición oral, la incorporación de conocimientos, la observación, la experimentación, la repetición y la corrección. Este sistema tiene un carácter integrador, forma a un ser humano para toda la vida, desde el nacimiento hasta la muerte, pasando por el matrimonio, y está marcado por rituales específicos en cada etapa de la vida de las personas.

Palabras-clave: educación; tradición; Mandjaku.

Introdução

Propomos debruçar sobre os processos formativos que tornam uma pessoa apta para a vida na etnia *Mandjaku*, trazer reflexões sobre o modo de educar crianças nessa sociedade, principalmente no setor de Calequisse, a qual eu pertenço. Os *mandjakus* vivem na Guiné-Bissau, nomeadamente na região de Cacheu, composta por principais setores: Cacheu, Bula, Caió, São Domingos, Bigene, Canchungo e Calequisse. Correspondem a 14% da população guineense e ocupam as áreas costeiras do centro e norte (Gomes, 2019).

No sistema de organização social, a educação das crianças é entendida como um processo coletivo que exige a participação de toda a comunidade. A transmissão do

conhecimento segue uma sequência que marca as etapas da vida, destacando-se principalmente dois grandes rituais que simbolizam fases de transição: o fanado[2] e o casamento.

Na etnia *Mandjaku*, a convivência é norteada por costumes ancestrais, veneração dos antepassados, solidariedade e cuidado com a natureza. Valoriza-se a consciência coletiva, onde os indivíduos são orientados a confiar nas crenças e nos sentimentos compartilhados pela comunidade. O modo de vida baseia-se nos costumes que prezam pelo respeito aos mais velhos, pela preservação da honra familiar e pelo bem-estar da comunidade. Com isso, diversos eventos sociais e rituais são realizados de acordo com as condutas preestabelecidas pelo grupo, sob a liderança dos mais velhos e dos chefes tradicionais responsáveis e legítimos na comunidade. Os integrantes da comunidade valorizam o bem-estar, a coesão do grupo e o cumprimento das decisões tomadas por essas lideranças.

Para os *mandjakus,* tal quanto na visão africana, a família é responsável por garantir a integralização dos indivíduos na comunidade, e ensinamentos que se dá através de tradição oral do conhecimento, na base das experiências que os mais velhos ou as mais velhas passam para os(as) mais novos(as). Isto significa que, para o grupo étnico em questão, cada agregado familiar se caracteriza e espelha pela educação dos seus filhos e suas filhas, porém, todos os membros devem seguir a conduta, ao contrário do sistema europeu em que a família se limita entre pai, mãe e filhos, a configuração familiar é alargada e engloba o que chamamos hoje de tios/as, primos/as, avós e qualquer pessoa que passa a viver junto do agregado familiar é considerada o membro da família, já que compartilham os mesmos princípios. (Mendes, 2018).

Além dessa breve introdução, segue a discussão sobre o sistema de organização social, focando nos aspectos de educação das crianças como um processo coletivo. Em segundo momento, versa sobre os princípios que norteiam a convivência social. Já o terceiro, acompanhado de considerações finais, aborda a forma como esse grupo étnico lida com o meio ambiente e a relação estabelecida entre homem, natureza e espiritualidade.

[2] Ritual de iniciação mais importante para os homens que serve como passagem de uma fase para a outra, realizado no lugar sagrado enfrentado só para as pessoas que já passaram pelo ritual ou os iniciados autorizados. Além da circuncisão, consiste na purificação da pessoa e transmissão de conhecimentos e saber sagrado do grupo étnico.

Aspectos educativos

Falar sobre educação não se deve limitar à educação escolar, pois a vida dos seres humanos vai além da escola. Em cada sociedade existem aspectos educativos e concepções sociais que são valorizados e promovidos pelos membros dessa sociedade, contudo "não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante" (Brandão, 1993, p.4). Muitas vezes, a educação escolar prepara o ser humano para adquirir conhecimentos específicos atuando em uma área, mas a vivência dessa pessoa se estende além do que é ensinado nesta área do conhecimento.

A educação escolar separadamente não consegue proporcionar a uma pessoa o desenvolvimento de todos os tipos de inteligências, saberes e habilidades necessários para sobrevivência, uma vez que o ser humano, desde muito tempo, já vem desenvolvendo conhecimentos diversificados e técnicas aprimoradas para sua sobrevivência.

> Mesmo onde ainda não criaram a escola, ou nos intervalos dos lugares onde ela existe, cada tipo de grupo humano cria e desenvolve situações, recursos e métodos empregados para ensinar às crianças, aos adolescentes, e também aos jovens e mesmo aos adultos, o saber, a crença e os gestos que os tornarão um dia o modelo de homem ou de mulher que o imaginário de cada sociedade — ou mesmo de cada grupo mais específico, dentro dela — idealiza, projeta e procura realizar. (Brandão, 1993, p.9).

Nessa lógica, a educação na etnia *Mandjaku* é idealizada a partir da atuação dos atores sociais e não se resume a uma única instituição. No imaginário desse povo, o comportamento de uma pessoa em casa difere do comportamento na rua, portanto no seu processo educativo, deve envolver todas as pessoas, proporcionada coletivamente com forte influência dos processos conduzidos por anciãos e pessoas mais velhas.

Na perspectiva de Durkheim (1975, p.50) "para que haja educação, é preciso que uma geração de adultos e uma de jovens se encontrem face a face e que uma ação seja exercida pelos primeiros sobre os segundos." Os mais velhos têm responsabilidade em repassar os conhecimentos para os mais novos, o que acontece de geração para geração. Depois do nascimento da pessoa, nos primeiros momentos antes de ser socializada começa o processo

educativo. "[...] a educação tradicional começa, em verdade, no seio de cada família, onde o pai, a mãe ou as pessoas mais idosas são, ao mesmo tempo, mestres e educadores e constituem a primeira célula dos tradicionalistas." (HAMPATÉ BÂ, 2010, p.183).

Mungala (1982), no seu estudo, estabelece nove características próprias da educação tradicional africana presente quase em todos os grupos e comunidades africanas tradicionais. O autor denomina e define as características de seguinte modo: A chamada Educação Coletiva, cujo responsabilidade não é apenas da família, mas de todo clã, da aldeia e da etnia; Educação Pragmática e Concreta, baseada na participação ativa da criança nas diferentes atividades do grupo; Educação Funcional, relacionado ao ambiente físico, às realidades socioeconômicas e diretamente relacionadas às tarefas de produção; Educação Oral; Educação Contínua e Progressiva, sendo adaptada para cada faixa etária; Educação mística, processo que se baseia na concepção "animista"[3] e nas crenças religiosas; Educação uniforme, no qual as crianças são submetidas ao mesmo tipo de ensino, buscando os mesmos ideais e objetivos, que são, prepará-las para se tornarem homens, membros ativos da família e da comunidade étnica; Educação Completa e Versátil, proporciona um aprendizado diversificado sendo à formação integral do homem, nos seus diferentes componentes (físico, intelectual, social, moral, religioso, filosófico, ideológico, econômico etc.); e Educação Integracionista, que visa tornar o indivíduo um membro plenamente integrado e aceito pelo grupo, com objetivo principal de envolver ativamente o indivíduo nas atividades e na vida do grupo, promovendo assim sua integração tanto cultural quanto socialmente.

Com a contribuição de Mungala (1982), podemos compreender como o processo educativo ao qual fazemos referência ocorre na sociedade *Mandjaku*. Os aspectos característicos apresentados servem como base para entender as relações e convivência dentro da comunidade, diferentemente da perspectiva escolar eurocêntrica existente na Guiné-Bissau, que ainda está longe de integrar esses aspectos da educação humanística nos currículos escolares sem limitar-se à formação de mão de obra.

[3] O termo utilizado pelo autor foi predominante por muito tempo para denominar as religiões dos povos colonizados, o que considero pejorativo. Prefiro chamá-las de 'tradicionais', não no sentido de atrasadas e arcaicas, mas por serem a forma usual e historicamente cultural desse povo.

A intenção aqui não é desconsiderar a educação escolar e seus procedimentos considerados formais. Antes, gostaria de deixar claro que o foco não é discutir sobre formalidade e informalidade de educação ou comparar educação tradicional comunitária com educação escolar, mas destacar a necessidade de integrar os valores educativos das culturas locais nos currículos escolares, sem exclusão e persistência em tratá-los como informais. O termo "informal" muitas vezes é utilizado de forma estratégica para excluir os saberes endógenos e modos de vida dos povos, estabelecendo a cultura euro-americana como hegemônica legítima a ser transmitida nas escolas.

Dizer que a educação informal é um tipo de educação que transcorre em espaços de atividades culturais, no ambiente familiar, comunitário ou na vivência cotidiana que prepara o ser humano para a vida requer um olhar atento. Essa noção básica ou definição do que é considerado informal pode nos proporcionar reflexão muito profunda e análises dos currículos escolares existentes no nosso país, porque parece uma estratégia de nos desenraizar e nos tornar desconhecedores das nossas filosofias de vida. O que aprendemos nas escolas não tem uma base cultural europeia? Pois, é muito difícil desvincular a educação da cultura. É importante e necessário analisar se o que é ensinado nas escolas condiz com nossa realidade.

A educação escolar no continente africano, por exemplo, tem raízes europeias e exclui o ensino das histórias e marginaliza as identidades dos povos colonizados, nesse contexto como frisa Quijano (2000), existe uma lógica de imposição da história cultural europeia para o todo canto do mundo articulada a partir de todas as formas de controle no novo padrão de poder mundial, para controle de subjetividade, da identidade cultura, com a dinâmica de incorporação de seus padrões de produção capitalista, seus universos simbólico, seus padrões de expressão política e todas formas de produção de conhecimento, porém, essa lógica de ensino precisa ser reformulada para atender às necessidades e realidades dos cidadãos africanos, reconhecendo e integrando os saberes locais na formação acadêmica. A educação deve ser concebida como um campo interligado dentro de cada vivência social. Portanto, uma abordagem educacional que inclua tanto a educação escolar quanto a tradicional comunitária, respeitando e incorporando a diversidade cultural, permitirá um desenvolvimento mais completo dos cidadãos e compreensão clara aos alunos nas escolas.

> A educação em valores deve levar em conta a identidade cultural porque a cultura está intimamente ligada a todas as manifestações da vida. Incorpora a expressão dos mais nobres valores humanos, o sentido da vida. A evolução científica e tecnológica de África não comporta qualquer contradição com a afirmação da identidade cultural. (Mungala, 1982, n.p., *tradução nossa*).

Podemos considerar a cultura um comportamento ativo do ser humano, mas isso não significa que os aspectos e procedimentos culturais sejam intocáveis. Conforme ensina Mungala (1982), é necessário que ocorram evoluções em determinadas questões, mas certos valores culturais devem ser preservados e transmitidos.

Convivência social baseado em princípios e valores

Nas comunidades *mandjakus* e guineenses em geral, a primeira percepção que uma criança adquire ao crescer é sobre o seu papel dentro da estrutura social, também o dever de respeitar e obedecer aos mais velhos, que são considerados detentores do saber. Qualquer criança que não siga os princípios é repreendida por pais ou por um membro mais velho da comunidade. Mesmo que o pai biológico esteja presente, ele não intervém imediatamente, em vez disso, observa para garantir que a criança entenda que todos os membros do grupo compartilham as mesmas ideologias e condutas, contribuindo assim para a coesão social da comunidade, seguindo a lógica de "Educação Coletiva" de Mungala (1982) na qual a criança está sujeita à disciplina coletiva, orientação, aconselhamento, correção ou receber punição de qualquer adulto na aldeia dentro dos quadros de conduta social. Em outros termos, toda criança desde cedo é ensinada a se comportar e preparada a vida adulta na base da disciplina coletiva.

As crianças aprendem muitas coisas por meio da observação e repetição, mesmo sem um instrutor ou uma sessão de ensino considerada formal. É comum que os mais velhos levem as crianças e os jovens aos locais de trabalho para que elas possam aprender observando, "a criança vê, entende, imita e aprende com a sabedoria que existe no próprio gesto de fazer a coisa." (Brandão, 1993, p.7).No meu caso, como pertencente a essa etnia,

aprendi a cultivar por via de observação. Os meus pais e irmãos me levavam para a bolanha[4] quando iam cultivar arroz e, numa certa altura, comecei a praticar. Essa é uma das formas de ensino e aprendizagem, que envolve observação, prática e correção, uma "Educação pragmática e concreta" com ênfase na experiência e na teoria, é fundamentada na prática.

Nas palavras de Carlos Rodrigues Brandão,

> O saber da comunidade, aquilo que todos conhecem de algum modo; o saber próprio dos homens e das mulheres, de crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos; o saber de guerreiros e esposas; o saber que faz o artesão, o sacerdote, o feiticeiro, o navegador e outros tantos especialistas, envolve portanto situações pedagógicas interpessoais, familiares e comunitárias, onde ainda não surgiram técnicas pedagógicas escolares, acompanhadas de seus profissionais de aplicação exclusiva. Os que sabem: fazem, ensinam, vigiam, incentivam, demonstram, corrigem, punem e premiam. Os que não sabem espiam, na vida que há no cotidiano, o saber que ali existe, vêem fazer e imitam, são instruídos com o exemplo, incentivados, treinados, corrigidos, punidos, premiados e, enfim, aos poucos aceitos entre os que sabem fazer e ensinar, com o próprio exercício vivo do fazer. (Brandão, 1993, p.8).

A forma de transmitir os conhecimentos técnicos a partir da demonstração, com o intuito de que os sabem praticar e os que não sabem apreciem e repitam a mesma coisa é comum entre os *mandjakus* e requer participação ativa de crianças nas atividades. Os saberes nessa comunidade são transmitidos oralmente de geração para geração, como se verifica na Guiné-Bissau, a predominância da "Educação oral" (a forma pela qual o conhecimento é transmitido na ausência da escrita, um sistema evocado por vários autores africanos).

De acordo com Hampaté Bâ (2010), os africanos confiam na tradição oral e não permitem que a pessoa minta nesse processo, sempre há punição quando houver distorção das informações, geralmente a pessoa fica desacreditada. Nas sociedades onde não prevalece a escrita, o cérebro humano serve de biblioteca e a coesão da sociedade assenta no valor e no respeito concedido à palavra. Assim diz: "Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido com ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra." (Hampaté Bâ, 2010, p.168). Um dos aspectos marcantes é que nem todas as pessoas podem falar de qualquer assunto, principalmente nas reuniões de administração da

[4] terreno pantanoso próximo aos rios e propício para o cultivo de arroz.

comunidade. Em alguns casos, quando envolve o sagrado, só fala quem passar por um ritual de passagem para a fase adulta ou se for admitido por estar munido de saberes necessários.

A transmissão do saber tradicional na maioria das vezes acontece nos eventos proporcionados para tal fim, o que requer uma convivência e incorporação dos saberes transmitidos através do uso das principais técnicas educativos sendo como os contos, enigmas, lendas, provérbios, ritos de iniciação e entre outras. Pela importância e centralidade da oralidade nessa realidade, no âmbito acadêmico, os africanos precisam insistir muito no método oral a fim de resgatar histórias, cosmovisões e descobrir outras verdades não escritas, levando em conta o processo histórico de construção de conhecimentos dominado pelos europeus ao longo do tempo.

Na visão desse povo, a propriedade e bens (casas, campos de plantação, gados, etc.), são considerados de família e, em maior caso, o seu controle está na responsabilidade do mais velho, este podendo dividir o cuidado e plantio nas parcelas de terra para os seus herdeiros ou mantê-lo sob o controle familiar sob sua tutela (Carreira, 1947). De acordo com Mungala, a comunidade exerce sua supremacia sobre o indivíduo, apontando que "a comunidade tem precedência sobre o indivíduo e não reconhece o direito à propriedade privada. O indivíduo não pode, portanto, pretender dispor dos seus bens como bem entender, mas deve, por solidariedade, partilhá-los entre os membros da família e do clã." (Mungala, 1982, n.p. *tradução nossa*). É importante destacar que, atualmente, há um forte movimento que defende e sustenta a necessidade da existência de propriedade privada, garantida pelo Estado. Algumas pessoas buscam afastar-se do agregado familiar para possuir bens privados e estabelecê-los com seus filhos.

No meu caso, como *Mandjaku*, mesmo possuindo um grau de escolaridade, os princípios que orientam minha conduta pessoal são fundamentados na cultura *Mandjaku*, que se constrói a partir das convivências e relações estabelecidas nesse contexto. Portanto, o ensino escolar deve incorporar desenvolvimento e a seleção de saberes com base em técnicas que estejam alinhadas com nossas culturas. Isso necessita ocorrer por meio de um processo de ensino e aprendizagem que complemente o desenvolvimento humano dos cidadãos, sem comprometer os valores culturais. Por conseguinte, me faz lembrar de como, no contexto guineense, especialmente entre os *mandjakus*, uma criança é ensinada na escola sobre a

estrutura familiar nuclear europeia, composta por pai, mãe e filhos. No entanto, a convivência comunitária da criança é orientada por uma cosmovisão africana, na qual o conceito de família difere significativamente dessa lógica europeia. Todos os mais velhos são considerados pais e todas as crianças são filhos de todos, também. É comum encontrar crianças que não sejam criadas pelos seus pais biológicos, porque, de acordo com nossos princípios, a criança nascida pertence a todos. Esse exemplo mostra a urgência de uma abordagem educacional que respeite e integre a diversidade cultural, promovendo um equilíbrio entre os saberes tradicionais e as práticas educacionais modernas. Nas considerações de Irina Mendes (2018),

> Na Guiné Bissau, a família é uma instituição cultural muito forte, cujas responsabilidades entre os membros da família são levadas bastante a sério. O vínculo se manifesta em atividades como: fazer as refeições juntos, compartilhar refeições entre as famílias, dormir juntos na mesma cama, e, também, realizar consultas coletivamente sobre várias questões que afetam a família. Todas as crianças são membros de uma ampla família alargada e os arranjos para o seu cuidado e educação são a preocupação não apenas de seus pais biológicos, mas também de uma extensa rede de parentes. Uma família é composta por pais biológicos, crianças, avós paternos e maternos, tios, tias, sobrinhos, sobrinhas, primos, primas e filhos e filhas. Portanto, qualquer membro da família automaticamente faz parte dos familiares imediatos. (Mendes, 2018, p.75).

A convivência comunitária ultrapassa relação biológica, individualista, familiar nuclear e as vivências assim como ajuda entre os *mandjakus* inclui as outras pessoas, em especial, no amparo à procura de sobrevivência (Carreira, 1947). As pessoas tinham comida e abrigo mesmo sem possuir meios econômicos, o apoio mútuo nunca faltava. Quando uma família pretende construir uma casa ou deparar-se com dificuldades, os outros se envolvem com o intuito de resolver a situação e desse modo dificilmente se vê pessoas sem casa ou comida, visto que a comunidade preza pelo bem-estar de todos.

> Os adultos e jovens costumam reunir-se em forma de coligação para ajudar uns aos outros nas tarefas mais comuns, sobretudo no trabalho do campo, até terminar o trabalho de todos. Assim, cada família consegue ter mais trabalho feito em um dia, do que se trabalhasse sozinha por uma semana. O dono (a) do trabalho só precisa providenciar bastante comida e bebida para todos. Esses auxílios podem ser feitos desde cortar lenha, construção de casa até mesmo reformá-lo, etc. (Mendes, 2018, p.73).

Nesse processo, todos os membros da comunidade que estiverem em condições normais participam, e é esperado que tenham um espírito colaborativo. Nas atividades, destacam-se as pessoas mais empenhadas ou comprometidas. Em consonância com a afirmação de Mungala, o africano nunca foi preguiçoso, a sociedade o educa para ser diligente, sendo beneficiário ou privilegiado de acordo com o esforço investido, por meio de "Educação Funcional e Integracionista", que visa formar seres humanos dotados de valores em conformidade com normas sociais, envolvimento ativo nas atividades do grupo e integração cultural.

Era tão interessante o respeito e prevalência da convivência movido pelo bem-estar dos integrantes do grupo, e é comum um jovem dar lugar a pessoa mais velha no sentido de respeitar hierarquia, níveis e lugares que cada pessoa ocupa na comunidade. No entanto, considerando a ideia de equilíbrio social, esses valores devem ser recuperados. Nessa lógica, podemos compreender que as relações de convivência diferem do modo capitalista que valoriza a propriedade privada, acumulação do capital, os ganhos individuais. Nesta comunidade, a convivência é enraizada na reciprocidade, coletividade, espírito comunitário, solidariedade, coesão social e preservação do meio ambiente. A escola deve, portanto, promover o respeito pelo bem comum, coletividade, solidariedade, incutindo esses princípios nas crianças em busca de uma sociedade mais equilibrada.

Respeito ao meio ambiente, a conexão entre homem, a natureza e a espiritualidade

Na comunidade tradicional *Mandjaku* e na África em geral, há profunda relação entre o homem e a natureza, com o mundo visível e invisível por meio de cultos buscando o equilíbrio na Terra. Essa conexão é considerada essencial para a sobrevivência do homem e sua preservação é indispensável.

Na mesma lógica, Domingos (2011, p.02) afirma que, "um dos fundamentos da arte de viver do africano é a participação ou a comunhão profunda com a natureza." Ou seja, o homem, sendo parte da natureza, depende das condições que ela oferece para seu bem-estar, tornando imprescindível a necessidade de agir para minimizar os impactos sobre o meio ambiente. Mendes (2018) por sua vez, enfatiza que, a natureza (território) é um lugar onde

acontece a vida, mistérios e comunhão entre vivos com antepassados, nele se encontram árvores sagradas, portanto, não é visto como simples lugar de cultivo onde se tira alimentos para sobrevivência. Em virtude disso, "na concepção tradicional africana, o projeto maior da vida do homem é encontrar o equilíbrio e a harmonia entre o homem e a natureza no Universo." (Domingos, 2011, p. 02).

A espiritualidade africana fundamenta-se na existência de dois mundos distintos: o mundo invisível (composto por seres espirituais) e o mundo visível (habitado por humanos, animais e vegetais). Para os *mandjakus*, a estabilidade desses dois mundos — o visível e o invisível — é garantida pelas divindades e pelos espíritos ancestrais, que atuam como intermediários entre o homem e o mundo espiritual. (Domingos, 2011; Monteiro *et al*., 2022). Cada divindade é responsável por uma missão específica, servindo como representante de *Nascin-batchi* (Deus) na terra, a quem todos os rituais são direcionados.

Com essa concepção, torna-se possível a efetivação da "Educação mística" por meio das conexões criadas entre o homem, a natureza e a espiritualidade. Após o nascimento de uma criança na etnia *Mandjaku*, o cordão umbilical é consagrado à divindade responsável pela vida. Para aqueles que nascem fora do território, o cordão é preservado e guardado até que a família possa levá-lo ao seu local de origem para a cerimônia de consagração. Esse ritual simboliza a conexão direta do indivíduo com a terra, a natureza e os espíritos dentro da comunidade. Na visão de Domingos (2011), a terra, para os africanos, antes de ser o espaço apropriado pelo homem, é uma entidade espiritual, uma potência indispensável para a vida, é um lugar vital que possui o homem que nasceu da terra e a ela retorna na morte. Essa concepção faz com que o homem tradicional africano não procure objetificar a natureza e nem encoraje dano, porque, sendo seres vivos, dependemos vitalmente da biosfera. Isso levou os europeus a categorizar essa leitura do mundo de práticas animistas, por terem uma relação muito séria e cuidadosa com a natureza, e chamando-os de atrasados, não dotados de capacidade intelectual para inovar e transformar o mundo, mas hoje em dia estão assumindo protagonismo de liderar programas que visam proteger a natureza de danos ambientais causados pela ação humana, coisas que o africano fazia há séculos.

No que concerne ao reino vegetal, as plantas são de extrema importância, utilizadas para curativo, para alimentação, para espiritualidade e rituais. "Na vegetação, conforme a

visão do mundo africano, se encontra o princípio das árvores da vida, da fecundidade e da proteção. E nas grandes horas de existência, os homens da religião tradicional africana respeitam profundamente a natureza." (Domingos, 2011, p.07). A partir dessa convicção, o corte de árvores de grande porte é vetado nas comunidades *mandjakus*, exceto para a obtenção de lenha, na preparação dos campos de plantação e para a remoção de pequenas árvores nas aldeias. Qualquer derrubada deve ser aprovada pelas divindades através de rituais e consultas com adivinhos; ninguém pode cortar a floresta ao bel-prazer com a intenção de exploração.

Existem concepções sobre as punições para qualquer infrator, nas quais a atuação das divindades pode causar a morte da pessoa, com a intervenção dos espíritos. Essa forma educativa, apresentada por Mungala (1982), é usada para assegurar o cumprimento de regras, leis e procedimentos indispensáveis que orientam a vida, proporciona equilíbrio ambiental, social e necessidade humana. O medo das consequências naturais e sobrenaturais em caso de transgressão das proibições tornou possível a estabilidade e harmonia na sociedade. Nessa ótica, os *mandjakus* consideram o assassinato e o aborto como sagrados. Envolver no assassinato da pessoa é fatal, mesmo só pelo fato de ver sangue de uma pessoa assassinada de imediato ou testemunhar um assassinato à distância, é considerado punitivo pelos espíritos.

O roubo é praticamente desencorajado na sociedade. Toda pessoa que encontrar qualquer coisa ou animal perdido é obrigada a apresentá-la ao chefe da família, que informará o régulo[5]. A partir dessa entidade, a comunicação será feita e o proprietário poderá recuperar o item ou animal após comprovar a sua posse. Mungala (1982) enfatiza que, antes da invasão europeia, os africanos conformaram-se com suas tradições, costumes e regulamentos sociais dos seus grupos, sem necessidade de ter prisões e nem sistema judicial instituído pelos colonizadores e ainda assim, existe ordem e justiça na sociedade. Isso era assegurado pela convivência recíproca e solidária, sem dar espaço para desigualdade social e econômica, porque todas as pessoas são amparadas em caso de dificuldades ou fome. Podes entender melhor o agravamento das desigualdades e violências sociais a partir da reflexão proporcionada por Quijano (2000) no qual demonstra como o modelo capitalista colonial eurocentrado estrutura violências nas sociedades, separa seres humanos, cria hierarquias sociais que resultam em exclusão social não vista antes nas sociedades colonizadas.

5 Chefe de comunidade revestido de poderes tradicionais, encarregado em conduzir o destino do grupo ou subgrupo.

Na comunidade *Mandjaku* desperdiçar comida de qualquer forma é considerado fatal para a pessoa. Deixar uma refeição estragar, sabendo que outra pessoa pode não ter comida suficiente, é punível pelos espíritos. Em um contexto onde algumas pessoas sofrem com fome, não se deve jogar comida fora e, quando houver em abundância, deve-se compartilhar com os outros. Existe um cuidado e uma educação para utilizar os recursos de forma consciente, programando os gastos, evitando o desperdício e a insuficiência alimentar. Embora não se possa afirmar que a fome seja inexistente na Guiné-Bissau, a forma como o povo vive em suas comunidades, onde ainda prevalecem princípios tradicionais é garantido que todos recebam amparo e dificilmente as pessoas fiquem sem comida. Os membros da família, assim como os visitantes, são sempre bem acolhidos. Ao cozinhar, é comum preparar uma quantidade extra para possíveis visitas, garantindo que não falte comida, mesmo até na refeição seguinte. Embora possa faltar molho, não falta comida no prato. Para nós, é extremamente inconveniente e sagrado jogar comida fora, especialmente arroz, que é o principal alimento das refeições e utilizado nos rituais. Segundo Mendes (2018), para os *mandjakus*, uma refeição sem arroz significa não ter realmente comido. O arroz desempenha um papel central na sociedade em várias áreas, incluindo trabalho, economia, rituais religiosos e manifestações sociais.

No âmbito do uso dos recursos naturais, como a terra e a natureza, os *mandjakus* estabeleceram procedimentos ritualísticos que são controlados através de rituais específicos. Antes do cultivo e plantio, são realizadas cerimônias para iniciar as atividades e, as pessoas devem aguardar a autorização para proceder. Nesse contexto, cada atividade tem seu tempo apropriado, abrangendo tanto as atividades agrícolas quanto as ritualísticas. Corroborando com Domingos (2011), na cosmovisão africana, tudo tem seu tempo: cada evento possui seu lugar e seu momento. Existe o tempo cíclico, o tempo mítico, o tempo ritual; e o tempo ritmado pelas festas que renovam a vida da comunidade e da terra africana. Além disso, há o tempo de divinização dos chefes e reis, o tempo de fanado (circuncisão) e o tempo de exorcismo, todos compreendidos através dos símbolos e sua concretização pelos atos, gestos e obras. As principais etapas da vida (nascimento, iniciação, casamento e morte) são marcadas por ritos de passagem, cada um com seu tempo específico. Nesse processo, a iniciação torna-se um ato de grande importância e indispensável: além de ter um caráter educativo, purifica e consagra a pessoa, comprometendo-a com a sociedade.

As atividades e rituais associados à iniciação funcionam como um sistema de ensino para os mais jovens, transmitindo-lhes, através da história oral, as técnicas e os conhecimentos necessários para sua integração na sociedade. O processo é dirigido pelos anciãos e anciãs, que transmitem o universo cultural e social aos mais novos à medida que eles crescem e "ao chegar à puberdade, meninas e meninos passam por rituais de iniciação, compostos de cerimônias, provas e danças, que marcam sua entrada na vida adulta." (Mendes, 2018, p. 70). Geralmente, o ritual de fanado acontece nas matas sagradas, num tempo definido, de mesmo modo os rituais das meninas acontecem nos lugares específicos.

Na etnia *Mandjaku*, uma pessoa que não passa pelo rito de iniciação fica limitada à sua participação em determinadas atividades ou cerimônias e não pode acessar certos lugares, sendo considerada um ser impreparado, já que "a educação tradicional, sobretudo quando diz respeito aos conhecimentos relativos a uma iniciação, liga-se à experiência e se integra à vida [...] Pois existem coisas que não se explicam, mas que se experimentam e se vivem." (Hampaté Bâ, 2010, p.182). Tem coisas que a pessoa vai saber somente no ato da iniciação, só no exato momento, e jamais seriam faladas na comunidade.

Nas sociedades africanas, a iniciação é um processo educativo que envolve uma série de estágios de aprendizado, códigos e signos que só aqueles que passam por esse processo podem entender e decodificar. Esta etapa é muito importante, pois prepara a pessoa para enfrentar a vida e responder aos desafios e exigências da sociedade.

Considerações finais

À medida que observamos o sistema educativo dos *mandjakus*, semelhante a várias realidades na África, é perceptível a presença de um sistema oposto que aliena os africanos. O sistema escolar adotado é da perspectiva colonial europeia e muitas vezes se contrapõe à cultura tradicional, por exemplo, quando somos ensinados a tratar o meio ambiente e território como recursos econômicos sujeitos à devastação, a ideia que provocou o aquecimento global.

Não podemos continuar pensando que a educação escolar deve seguir apenas o modelo europeu, é a hora de incorporar nosso saber endógeno no ensino escolar, sem desconsiderar a

educação tradicional e seus procedimentos. É importante ressaltar que a educação deve respeitar a dignidade humana dentro das diversidades culturais, articulando a tradição com a modernidade de acordo com as circunstâncias específicas.

Os *mandjakus* possuem um sistema educacional baseado na oralidade, incorporação do saber, observação, experimentação, repetição e correção, com um caráter inclusivo que forma o ser humano ao longo de toda a vida, desde o nascimento até a morte. Alguns rituais marcam cada etapa da vida, equilibrada pela espiritualidade. Diferentemente da educação escolar, que envolve a relação entre professor e aluno, o sistema *mandjaku* envolve a participação ativa de toda a sociedade na formação das crianças, por meio da instrução, correção e punição quando necessário. A comunidade zela pelo bem-estar social e pela coesão do grupo, com os mais velhos dedicados a ensinar as crianças e manter os costumes ancestrais.

Com a visão africana de conexão entre o homem e a natureza, seria possível preservar a natureza e conservá-la. Por exemplo, a cosmovisão africana sobre a natureza e prática dos *mandjakus* que envolve a realização de rituais para pedir permissão antes de derrubar árvores, poderia ser muito benéfica se fosse reforçada pelas leis estatais e ensinada nas escolas como uma forma de prevenção contra as mudanças climáticas.

No contexto mundial, a modernidade impõe uma dinâmica devastadora que ameaça a sobrevivência dos seres vivos no planeta. É necessário e importante termos consciência de que industrializar não deve criar efeitos negativos degradando a natureza sem levar em conta a nossa dependência dos recursos naturais. Com isso, torna-se inequívoco respeitar e cuidar da natureza para diminuir os desastres e catástrofes naturais. Portanto, este trabalho visa incentivar a valorização das práticas de ensino voltadas para garantir a nossa sobrevivência, reciprocidade e a incorporação de diferentes formas de conhecimento e saber. É um convite para expandir nossa forma de ver e compreender o mundo, promovendo a perspectiva de que a educação e o progresso devem ser a base da essência do que nos torna humanos com empatia e compaixão.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação.* 28ª ed. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1993.

CARREIRA, António. *Vida Social dos Manjacos.* Bissau: Centro de Estudos da Guiné-Portuguesa. 1947.

DOMINGOS, Luís Tomás. Visão africana em relação à natureza. In: ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: *Revista Brasileira de História das Religiões.* Maringá (PR) v. III, n.9, jan. 2011. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.ht. Acesso em: 07 fev. 2024.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia.* 10ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

GOMES, Peti Mama. *Mulheres em Associação na Guiné-Bissau:* gênero e poder em Bobock e Bontche. Redenção, 2019. 111f. Dissertação (Mestrado Em Antropologia) - Antropologia Ufc/unilab, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/50248. Acesso em: 20 jun. 2024.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: *História Geral da África Volume I.* Metodologia e pré-história da África. 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO. Editado por Joseph Ki-Zerbo, 2010.

MENDES, Irina. *A Prática do Ucó:* cosmo-ontologia Manjaco sobre materialização do corpo na diversidade corporal. Porto Alegre-RS, 2018. 190 f. Dissertação (Graduação em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 2018. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180940. Acesso em: 28 mar. 2024.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé; GOMES, Peti Mama; DA SILVA, José Manuel Mussunda (2022). Mulheres no feminino: o poder tradicional como espaço de empoderamento das mulheres africanas. *ODEERE*, v.7, n.1, jan./jun., p.62-75, 2022. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/10505. Acesso em: 02 ago. 2024.

MUNGALA, A.S. *L´ Education Traditionnelle en Afrique et ses valeurs fondamentales.* In Ethiopiques: revue socialiste de culture négro-africaine. n. 29, Fev. 1982. Disponível em: https://jaga.afrique-gouvernance.net/_docs/l_education_traditionnelle_en_afrique_et_ses_valeurs1.pdf. Acesso em: 15 jan. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.